



CARMO, E.; ROCHA, E.; FIGUEIREDO FILHO, D. Cinco anos do MPPP-UFPE e 20 anos dos mestrados profissionais no Brasil. Espaço Público, v. 2, p. 3-17, dez. 2018.

Cinco anos do MPPP-UFPE e 20 anos dos mestrados profissionais no Brasil

Five years of MPPP-UFPE and 20 years of professional master's in Brazil

Fachada do CFCH, *Campus* da UFPE. Homenagem aos 70 anos de fundação da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, ideia embrionária do atual Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Fonte: Repositório Institucional.

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/22934/1/CFCH_0563.jpg

Resumo

Este artigo analisa os cinco anos de existência do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco e avalia o fortalecimento dos mestrados profissionais no país, desde a regulamentação dessa modalidade de curso e até o presente. Nosso principal objetivo é fornecer uma contribuição aos debates sobre o ensino de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de formação profissional, apresentando dados gerais sobre o seu desempenho, em todas as áreas do conhecimento e em todas as regiões do país, e o perfil do seu alunado e dos egressos. Também são consideradas nesse texto a avaliação promovida pela Capes sobre os programas de pós-graduação profissional e a expectativa de futuro que está sendo desenhada, considerando os caminhos viáveis para a consolidação dessa modalidade de curso.

Palavras-chave: Avaliação da Capes; Mestrados profissionais; Pós-graduação.

Abstract

This article analyzes the five years of existence of the Program in Public Policies of the Federal University of Pernambuco and evaluates the strengthening of the professional masters in the country, from the regulation of this type of course and to the present. The development of this work aims to contribute to the debates about post-graduate education *stricto sensu*, at the level of professional training, presenting general data about its performance in all areas of knowledge and in all regions of the country, and the profile of your student. Also considered in this text is the evaluation promoted by Capes on the professional programs and the future expectation being drawn, considering the viable paths for the consolidation of this modality of course.

Keywords: Capes evaluation; Professional masters; Post-graduation.

CARMO, Erinaldo Ferreira
ROCHA, Enivaldo Carvalho da
FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto

Introdução

O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi criado em 2013, por meio dos esforços de docentes do Departamento de Ciência Política, em especial, do então coordenador Enivaldo Carvalho da Rocha, recorrendo à experiência e ao capital intelectual dos professores da Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE, programa avaliado pela Capes com nota 6. O curso de políticas públicas, em nível de mestrado profissional, foi então concebido com a missão de promover o desenvolvimento profissional de servidores públicos, propiciando espaços para o estudo, a pesquisa e a inovação nas distintas etapas das políticas públicas, com fulcro no contínuo e permanente processo de modernização do Estado.¹

Os mestrados profissionais foram regulamentados pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)² através da Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o reconhecimento dos cursos nessa modalidade e dá outras providências,³ possuindo o título conferido por esses cursos as mesmas prerrogativas do mestrado acadêmico, enquanto formação de pós-graduação *stricto sensu*. Antes disso, a Capes já reconhecia os cursos de mestrado dirigidos à formação profissional, por meio da Portaria 47, de 17 de outubro de 1995, que autorizava a flexibilização dos mestrados, permitindo o surgimento de cursos voltados para uma formação diferenciada e específica do campo profissional. Porém, foi só a partir de 1998, com a Portaria nº 80, que os mestrados direcionados à formação profissional ganharam destaque na pós-graduação, com o crescimento da demanda e a ampliação da oferta.

Feitas essas considerações introdutórias, passaremos em seguida ao desenvolvimento dessa pesquisa, com o sentido de oferecer uma contribuição aos estudos sobre essa modalidade de ensino de pós-graduação *stricto sensu*. Para isso, apresentaremos dados sobre a criação do Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MPPP) e a ascensão dos cursos dessa modalidade de ensino no país; também trataremos da identidade dos cursos e do perfil dos seus estudantes; e ainda abordaremos, de forma analítica, a avaliação promovida pela Capes para esses mestrados; e por fim, teceremos as considerações finais sobre essas questões levantadas no texto com o intuito de apontar caminhos e horizontes almejados para os mestrados profissionais e em especial para o MPPP.

¹ O curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MPPP) foi instituído pela Portaria do Ministério da Educação, nº 1.009, de 10 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, nº 198, seção 1, p. 13, em 11 de outubro de 2013.

² Criada pelo Decreto Nº 29.741, de 11 de julho de 1951, a Capes, inicialmente denominada Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tinha como objetivo central, assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados no desenvolvimento do país.

³ A Portaria 80/1998 da Capes foi revogada pela Portaria nº 131, de 28 de junho de 2017, que dispõe sobre os cursos profissionais de mestrado e doutorado. Mas os seus efeitos iniciais para o desenvolvimento dos mestrados profissionais foram indispensáveis.

O MPPP-UFPE

O MPPP foi criado em 2013 com o sentido de acompanhar o contínuo processo de crescimento econômico do Estado de Pernambuco, em grande medida propiciado por um amplo leque de investimentos públicos (federais e estaduais) associados a uma dinâmica de mercado e de formação de mão de obra altamente qualificada, expressa pelas novas demandas advindas do estabelecimento de projetos públicos e privados de grande envergadura.

Os investimentos no Estado não estão vinculados apenas à esfera do desenvolvimento econômico, mas também compreendem uma ampla gama de projetos de inclusão social, exclusivamente ancorados por recursos públicos. Esse cenário denota, claramente, a necessidade de recursos humanos bem qualificados que se transformem em agentes catalizadores da mudança econômica e social em curso. Nesse sentido, o MPPP e a UFPE assumiram o papel institucional de oferecer uma formação de qualidade para atender às emergentes necessidades trazidas por esse crescimento.

O MPPP surgiu, então, com a proposta de articular a demanda crescente por recursos humanos bem qualificados e a expansão do aparato estatal sobre as mudanças econômicas e sociais em andamento. Em outras palavras, a proposta desse mestrado profissional vislumbra a formação continuada, em nível de mestrado, dos servidores públicos em atendimento à sociedade e ao progresso econômico e social da região, visando especializar parte operacional da burocracia que atua prestando serviço à sociedade.

A primeira turma do MPPP teve início em julho de 2014, quando foram disponibilizadas 30 vagas. Participaram desse primeiro processo seletivo 150 candidatos, de diversas instituições, representando assim um curso de alta demanda, mesmo sendo a seleção da turma inaugural. As principais instituições parceiras em 2014 foram a própria UFPE e o Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), correspondendo a 21 alunos selecionados e conveniados a essas duas instituições. Os demais selecionados foram de outras instituições públicas e também de empresas privadas. A segunda turma foi iniciada em julho de 2016, em convênio com o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). A terceira e a quarta turma tiveram início em 2018, em convênios, respectivamente, com o IFPE e com a UFPE, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe).

O MPPP tem por objetivos: a) Fomentar a gestão do capital intelectual, atuando nas áreas do conhecimento, das competências e das habilidades de forma a contribuir com a gestão pública do Estado de Pernambuco, da região Nordeste e do Brasil; b) Contribuir com a qualificação dos serviços públicos, entendendo-os como essenciais ao desenvolvimento econômico e social do Estado; e c)

Promover a valorização do servidor público para a boa formulação e implementação das políticas públicas, oferecendo à sociedade serviços públicos de qualidade.

A criação do MPPP contou com a extensa experiência do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPE. O PPGCP foi criado em 1979, com o curso de especialização, e hoje oferece os cursos de Mestrado e Doutorado, com nota seis na Avaliação Capes. A experiência do Programa se expande com a oferta de turmas de Minter e Dinter. O PPGCP integra o Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE, que conta, desde o ano de 2008, também com o Bacharelado em Ciência Política/Relações Internacionais.

O curso de graduação em Ciência Política/Relações Internacionais formou a sua primeira turma em 2012, e desde então vem fornecendo candidatos muito mais qualificados para a pós-graduação. Os estudantes do mestrado e do doutorado, oriundos dessa graduação, têm tido um desempenho excelente e têm permitido elevar o nível de exigência na pós-graduação. Estudantes provenientes de outras áreas podem assistir aulas na graduação como uma forma de nivelamento opcional. Além da integração nas atividades dos núcleos de pesquisa, estudantes da pós-graduação também atuam na graduação com trocas de experiências em eventos acadêmicos promovidos pelos Programas. Os estudantes da graduação ainda se integram às atividades da pós-graduação através da iniciação científica e da participação em eventos, onde atuam como monitores, coautores ou apresentando pôsteres. Essa integração tem rendido produções de qualidade publicadas em periódicos nacionais e internacionais.

Nesses cinco anos de existência, o curso tem como perfil definido aos seus egressos, mestres profissionais de elevada qualificação técnica e científica, em atuação nas diversas instituições públicas do Estado, da região e do país, com conhecimentos aprofundados para a intervenção em sua área formativa e de atuação profissional, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional, a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Para isso, a estrutura curricular do MPPP oferece aos alunos uma formação orientada para o domínio e a compreensão do complexo universo das políticas públicas, considerando os processos decisórios, o desenho institucional e a gestão, e compreendendo as dimensões gerais contempladas pela linha de pesquisa desenvolvida pelos docentes do programa.

Em todo o país há apenas cinco cursos de políticas públicas na modalidade profissional. Esses estão inseridos nas seguintes universidades: Unipampa-RS, UEM-PR, UECE-CE, UFRGS-RS e UFPE-PE. Além de políticas públicas, a UFPE conta atualmente com outros dez cursos de mestrado profissional. São eles: Administração, Ciência da Computação, Engenharia de Produção, Ergonomia, Ensino das Ciências Ambientais, Ensino de Física, Ensino de História, Gestão e Economia da Saúde, Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste e Letras.

Os mestrados profissionais

Desde a década de 1970, a pós-graduação começou a se expandir no país, com um viés fortemente voltado para a formação de pesquisadores, geralmente para a própria universidade, e sem incorporar ao currículo a formação profissional (Fischer, 2005). Os mestrados e doutorados se destinavam à carreira docente no magistério superior, enquanto a formação profissional estava restrita aos cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu*.

A demanda do mercado de trabalho por profissionais com formação em nível de mestrado, com conhecimentos específicos e aprofundados para a atuação em funções não acadêmicas, justificou o surgimento dessa modalidade de curso *stricto sensu*. Isso ocorreu porque a sociedade atual requer uma formação cada vez mais qualificada, que o curso *latu sensu* não consegue suprir suficientemente, pois lhe faltam a pesquisa e o tempo hábil para experimentações. Como observa Ribeiro (2005), mesmo em setores que não lidam diretamente com a docência ou com a pesquisa de ponta, existe uma carência de mestres com uma formação para “fora e além da academia”.

Inicialmente, os mestrados profissionais foram pensados e instituídos como uma importante experiência inovadora, capaz de contribuir para a renovação da pós-graduação no país (Fischer, 2005), de forma a complementar a formação superior, sem oferecer oposição aos mestrados acadêmicos. Aliás, ele mesmo também é um curso acadêmico, à medida que mantém a natureza da formação *stricto sensu*, pelo desenvolvimento do ensino no âmbito acadêmico e pela realização da pesquisa científica, embora se diferencie exatamente por seu esforço em orientar esse ensino e essa pesquisa para a aplicação prática, considerando as necessidades previamente conhecidas e compreendendo a atuação laboral específica dos seus discentes e docentes.

Por isso, o mestrado profissional se caracteriza como um curso de formação diferenciada, pelo seu direcionamento com fulcro no conhecimento aplicado. Nele, o conhecimento é valorizado e aprofundado em disciplinas específicas, mas é o conhecimento prático, com a aplicação das teorias em atividades vividas, o seu diferencial.

Além disso, o ensino e a pesquisa nos mestrados profissionais contemplam diretamente as ações de extensão, na medida em que a sua formação inclui enfoques adicionais, que vão além do ato de pesquisar para conhecer, passando a fomentar a sua aplicabilidade. É que o mestrado profissional tem como missão a transferência de conhecimentos na atuação em situações reais, de experimentação dos seus mestrandos. Por essa medida de aproximação entre a academia e o mercado, entre a universidade e a sociedade, hoje, a ideia do mestrado profissional já se encontra consolidada, com a existência de cursos estabelecidos em todo o país e em todas as áreas do conhecimento, com grande repercussão social e o essencial reconhecimento da academia e do mercado (Agopyan e Lobo, 2007).

Assim, o mestrado profissional foi identificado por Paixão *et al.* (2014) como um curso que incrementa a capacidade do aluno de intervir positivamente no seu ambiente de trabalho. Portanto, o resultado de sua pesquisa é diferenciada e aplicável, o que torna os seus efeitos mais visíveis no mercado de trabalho do que mesmo no espaço acadêmico. Daí se justifica a adoção de uma nomenclatura própria, que não o afasta do acadêmico, mas o aproxima do mercado profissional e o distingue com a terminologia apropriada.

Esses novos cursos, criados com uma estrutura curricular voltada para o meio profissional, embora apresentem uma identidade comum, diferenciam-se entre si pelo enfoque formativo atribuído ao seu perfil. Os cursos estão presentes em todas as áreas formativas e do conhecimento e abrangem 42 áreas de avaliação da Capes.

Notadamente, a criação dos cursos de mestrado profissional, na década de 1990, se deu pela emergente necessidade de um novo formato de curso de pós-graduação, estruturado efetivamente para atender a demanda crescente no país por profissionais com conhecimentos mais aprofundados da realidade nacional, no campo do trabalho, e capazes de intervir nela por meio de pesquisas direcionadas, que produzem resultados aplicáveis. Assim, os cursos profissionais se multiplicaram consideravelmente nos últimos anos, e acima da média de crescimento dos cursos acadêmicos, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Crescimento da Pós-Graduação no país

	2007	2017	Crescimento (2007-2017) (%)
Doutorados acadêmicos	1.177	2.202	87,1
Mestrados acadêmicos	2.061	3.398	64,8
Mestrados profissionais	156	703	350,1
Total	3.394	6.303	85,7

Fonte: Capes, avaliação quadrienal, 2017.

Como se percebe, nesses últimos anos, o crescimento dessa nova modalidade de curso foi gradual e constante. Em 1998 eram apenas 24 cursos de mestrado profissional. Em 2008 já eram 225, presentes em todas as áreas do conhecimento e envolvendo as principais universidades do país. Em 2018, esse quantitativo já tem registrado um salto considerável para 765 cursos recomendados pela Capes. O surgimento permanente de novos cursos de mestrado profissional tem levado à formação qualificada de trabalhadores nos mais diferenciados níveis de atuação profissional.

Com esse crescimento gradativo, os mestrados profissionais já representavam, na última avaliação quadrienal da Capes, 16,8% dos cursos de pós-graduação ofertados no país, ou seja, 703 cursos profissionais dentre os 4.175 registrados nas Áreas de Avaliação da Capes. De 2017 à 2018

esse quantitativo já se ampliou com o surgimento de mais 62 novos cursos, totalizando agora 765 mestrados profissionais, como se vê na Tabela 2.

Tabela 2. Programas de Pós-Graduação por Área de Avaliação

Área ⁴	PPG ⁵	MPs ⁶	Área ³	PPG ⁴	MPs ⁵
Administração, Ciências Contábeis e Turismo	188	74	Ensino	157	81
Antropologia	33	1	Farmácia	70	8
Arquitetura, Urbanismo e Design	66	16	Filosofia	45	2
Arte e Música	57	7	Geociências	56	3
Astronomia / Física	62	2	Geografia	65	3
Biodiversidade	141	6	História	72	10
Biotecnologia	64	9	Interdisciplinar	347	92
Ciência da computação	77	10	Letras / Linguística	155	7
Ciência de alimentos	58	8	Matemática / Probabilidade e Estatística	59	6
Ciência política e Relações internacionais	49	13	Materiais	36	4
Ciências agrárias	224	20	Medicina I, II e III	252	47
Ciências ambientais	124	30	Medicina veterinária	82	8
Ciências biológicas I, II e III	173	13	Nutrição	32	3
Ciências da religião e Teologia	21	3	Odontologia	102	22
Comunicação e Informação	83	19	Planejamento urbano e regional / Demografia	46	8
Direito	107	8	Psicologia	94	9
Economia	70	17	Química	72	3
Educação	176	46	Saúde coletiva	92	40
Educação física	67	3	Serviço social	34	0
Enfermagem	76	23	Sociologia	51	2
Engenharias I, II, III e IV	428	75	Zootecnia / Recursos pesqueiros	69	4
			Total	4.332	765

Fonte: Capes, 2018.

O crescimento dos mestrados profissionais não se dá apenas em quantidade, mas também em qualidade. Cabe aqui o registro de que os mestrados profissionais, de uma forma geral, apresentam resultados bastante favoráveis. Numa pontuação de 1 a 5 estabelecida pela Capes, 36,4% dos cursos obtiveram as notas mais altas. Na avaliação divulgada em 2017, correspondente ao quadriênio 2013-2016, 6 cursos tiveram nota 1 e 44 cursos tiveram nota 2, somando, portanto, 50 cursos (7,1%) com baixa qualidade registrada na avaliação quadrienal da Capes. Outros 397 cursos (56,5%) ficaram numa posição intermediária, com a nota 3. Além desses, 210 cursos alcançaram a nota 4 e 46 cursos atingiram a nota 5, sendo esses 256 cursos (36,4%) considerados de elevada qualidade.⁷

⁴ Área de avaliação do curso na Capes.

⁵ Número de programas de pós-graduação.

⁶ Número de mestrados profissionais.

⁷ Para acessar a avaliação da Capes (2013-2016), ver <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/>

Os cursos e seus egressos

Desde a sua criação, os mestrados profissionais assumiram uma identidade formativa (acadêmica e social) que consiste na construção de marcos conceituais analíticos, em articulação direta com setores da sociedade, para a criação de mecanismos de aplicabilidade dos resultados de suas pesquisas. Sendo assim, eles se identificam pela sua inserção na sociedade e pela promoção de uma articulação maior entre a universidade e a realidade social (Negret, 2008).

Essa identidade não se formou prontamente, nem contou com a imediata adesão do meio acadêmico. Isso porque alguns cursos não conseguiram se deslocar do formato acadêmico ou até mesmo não procuraram esse distanciamento. Em parte, essa dificuldade ocorreu pelo fato dos professores serem, em muitos casos, os mesmos dos mestrados e doutorados acadêmicos, assim acostumados ao modelo tradicional de aulas e de produção de pesquisas.

Na comunidade acadêmica, como lembra Fischer (2005), vive-se uma permanente disputa entre os que defendem a tradição e os que preferem a inovação, como se ambas as questões fossem excludentes. Por isso, ainda hoje, alguns dos mestrados profissionais em andamento apresentam problemas de identidade, de estrutura curricular e até mesmo de definição de sua produção técnica (Moreira e Nardi, 2009).

Entretanto, fica cada vez mais claro que a principal diferença entre o mestrado acadêmico e o profissional está no resultado pretendido. Enquanto no primeiro busca-se a formação do pesquisador, e isso se faz com a sua imersão na pesquisa, no profissional o objetivo é formar alguém que, também inserido no universo da pesquisa, seja capaz de operar no mundo profissional externo à academia, com capacidade para localizar, reconhecer, identificar e, sobretudo, utilizar a pesquisa de modo a agregar valor às atividades desenvolvidas (Ribeiro, 2005).

Essa prática permite, em diferentes cursos e áreas formativas, o reconhecimento, a reflexão e a intervenção profissional qualificada sobre o campo de saber, sobre o mercado de trabalho e sobre o meio produtivo. Assim, torna-se inegável a importância do estreitamento das relações entre a pós-graduação e o mercado. Mesmo no mestrado acadêmico, acreditar que a formação não deva dialogar com o mercado é um erro que penaliza gravemente o alunado, pois grande parcela dos egressos dos mestrados (acadêmicos) ocupam postos de trabalho fora do ensino superior.

Por isso, ainda que alguns docentes se recusem a olhar para o mercado e continuem priorizando a formação de pesquisadores para a atuação no próprio ensino superior, isso não deve ocorrer na prática formativa do mestrado profissional, onde a prioridade é a formação acadêmica para a atuação prática no mercado.

Com essa identidade de uso prático da pesquisa, o mestrado profissional estabeleceu uma clara diferença no perfil do candidato à essa formação, com uma grande procura que expressa, de certa forma, uma demanda represada por longo tempo. Para alguns cursos, como apontam Agopyan e Lobo (2007), a procura é muito elevada, com uma grande concorrência entre as vagas oferecidas. A identidade de formação prática e direcionada, adquirida pelos mestrados profissionais, tem atraído estudantes que buscam exatamente isso em sua formação: um curso focado em sua atuação laboral. Desse modo, são cursos compostos por um alunado também com um perfil específico.

Nos mais diferentes cursos e instituições de ensino, os ingressantes nessa formação são, em maior parte, pessoas mais adultas, geralmente profissionais que buscam desempenhar melhorias em suas atuações de trabalho, sejam elas em escolas, empresas, repartições públicas, movimentos sociais, etc. Essa concepção de perfil do alunado também foi apresentada por Vilela e Batista (2016) em seus estudos sobre os mestrados na área de saúde. Conciliando trabalho e estudos, os mestrados adquirem na academia conhecimentos que levam para a sua rotina profissional e trazem para a sala de aula outras informações práticas, promovendo assim o enriquecimento de toda a turma pelas sucessivas trocas de experiências.

Outra característica observada no perfil desses estudantes é a relação de maior proximidade. Essa rede de aprendizagem horizontal e de compartilhamento mútuo, proporcionada pela troca de experiências dentro de um grupo mais homogêneo, é fortalecida por meio da reciprocidade nas relações e resulta em um processo de conhecimento coletivo do complexo formato das pesquisas aplicadas à formação prática nos mestrados.

Com essa possibilidade de uma maior aproximação para a troca de informações e conhecimentos, o mestrado profissional se tornou interessante para milhares de estudantes, não somente por conceder àqueles que estão no cotidiano do trabalho a oportunidade de voltar à academia, mas também pelo fato de se debruçar sobre a própria realidade desse trabalho, refletindo-a, pesquisando-a e devolvendo-lhe produtos e ideias que possam contribuir para a sua transformação (Vilela e Batista, 2016).

O que se identifica entre os discentes, bem como entre os docentes que atuam no mestrado profissional, é o reconhecimento de que a tradição da pesquisa é bastante forte na pós-graduação e, evidentemente, a academia não pode abrir mão dela. Assim, por sua extrema relevância, a pesquisa também deve estar presente no mestrado profissional, mas não como produto final da formação do mestrando. Corroborando esse entendimento, Moreira e Nardi (2009) lembram que o produto final dessa modalidade de curso deve ser a aplicação, pelo mestrando, da pesquisa em seu ambiente de trabalho, em sua atuação profissional ou em uma intervenção na sociedade. Aplicar uma pesquisa se torna, assim, tão importante quanto a sua realização.

Nos cursos de mestrado profissional, os mestrandos já são profissionais e carregam consigo, geralmente, uma grande bagagem de experiências, e assim não precisam aprender a rotina básica de sua profissão. Por isso os conteúdos trabalhados em aula podem ser mais aprofundados e abrangentes. No caso dos cursos de ensino, por exemplo, como revelam Moreira e Nardi (2009), os mestrandos já são professores e, portanto, o curso pode dar enfoque às questões de aprendizagem, às novas abordagens de ensino e à natureza do conhecimento, subsidiando estratégias e recursos instrucionais inovadores, que provoquem reflexões sobre essa aprendizagem, esse ensino e esse conhecimento trabalhado em sala de aula.

Nesse sentido, o perfil do estudante dos mestrados profissionais é de um profissional que já conhece a sua profissão e a sua área de atuação no mercado. Ele busca nessa formação continuada e aprofundada, os conhecimentos práticos para enfrentar os desafios que fazem parte de suas atribuições funcionais e espera poder construir esse conhecimento durante a sua passagem pelo curso, sob a orientação dos seus docentes.

A partir da identificação do perfil do alunado, conseqüentemente, passamos a conhecer também o perfil do egresso dos mestrados profissionais: um mestre capaz de atuar habilmente em sua área de formação, com intervenções em sua função profissional, de maneira efetiva e exitosa, gerando impactos por meio da aplicação de conhecimentos técnicos e científicos que alterem, positivamente, projetos, procedimentos, métodos e ações que, em diferentes setores da economia e em interesses diversos da sociedade, consigam, pelo uso de um produto ou tecnologia desenvolvidos no curso, incrementar a produção, seja na agricultura, na indústria ou nos serviços.

Quando os egressos conseguem, por exemplo, implementar uma técnica de ampliação da produtividade e combate ao desperdício, ou um modelo eficaz e eficiente de análise de riscos, ou uma ação de empoderamento de grupos sociais, ou ainda uma política pública de produção de resultados positivos na área de saúde ou de ensino, esses novos mestres demonstram a relevância do mestrado profissional em suas intervenções diretas ou indiretas na sociedade.

Essas medidas se tornam mais viáveis quando o corpo docente do mestrado é composto, não apenas por doutores com a formação acadêmica adequada à área de formação do curso, mas principalmente quando agrega ao grupo de professores alguns profissionais que vivenciam a realidade do mundo externo à academia e sejam conhecedores das práticas das profissões atendidas pelo curso. Por isso, não basta que o quadro docente do curso de mestrado profissional seja formado predominantemente por doutores. É importante ter uma parcela de professores com qualificação e experiência inquestionáveis no campo pertinente ao da proposta formativa do curso, como instruía a Portaria 80, artigo 2º, alínea b.

A avaliação da Capes

Dos problemas que atingem os mestrados profissionais, desde o seu surgimento, o mais conhecido dos coordenadores de curso diz respeito à avaliação externa, realizada pela Capes. Periodicamente, os cursos *stricto sensu* passam por um acompanhamento feito por essa instituição, por meio do levantamento de dados, através da plataforma Sucupira,⁸ que é alimentada pelos gestores dos programas de pós-graduação.

Sobre essa questão, Ferraz *et al.* (2017) observam que a Capes se mantém em constante processo de aperfeiçoamento do seu próprio sistema de avaliação, que é reconhecido por sua eficiência no tangente ao acompanhamento dos cursos de mestrado e doutorado. Esse sistema de avaliação da Capes serve de instrumento para a comunidade universitária na busca por um padrão de excelência acadêmica para os programas de pós-graduação.

É nesse sentido que a Capes tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da formação *stricto sensu* no país, permitindo que os cursos e programas identifiquem e corrijam possíveis falhas, o que se expressa pela ampliação da qualidade dos cursos de mestrado e doutorado nos últimos anos e pela melhoria nos indicadores avaliativos.

Para os coordenadores dos programas de pós-graduação profissional, a avaliação é um instrumento de auxílio à gestão. Por isso, cobram da Capes que os cursos sejam avaliados com base em indicadores que permitam, cada vez mais, a melhoria da qualidade desses programas. Nessa mesma linha de pensamento, Paixão *et al.* (2014) alertam que os mestrados profissionais não podem ser avaliados a partir de critérios e indicadores aplicados aos cursos acadêmicos. E lembram que só a partir da avaliação trienal 2007-2009 foi que os mestrados profissionais ganharam uma ficha exclusiva de avaliação, com itens mais próximos à sua realidade, mas, ainda assim, e apesar dessa importante mudança ter sido bem vinda entre os coordenadores, o avanço produzido não foi tão contundente, principalmente no que concerne à captação dos impactos desses cursos nos alunos e na sociedade de forma geral.

Nesse mesmo propósito, Negret (2008) defende que a avaliação deva considerar, assim como a quantidade de artigos e livros publicados e o volume de trabalhos defendidos, também o número de instituições, órgãos, empresas e comunidades integradas aos seus projetos de pesquisa e o quantitativo de ações práticas ou políticas públicas subsidiadas pelas pesquisas desenvolvidas nos programas de mestrado profissional. Desse modo, a avaliação consideraria, também, o impacto desses programas, e não apenas o resultado.

⁸ A plataforma Sucupira substituiu o sistema Coleta Capes. Seu nome homenageia o professor Newton Sucupira, autor do parecer que institucionalizou a pós-graduação no país, em 1965.

A avaliação dos impactos, como incremento à produção, é um mecanismo bastante relevante aos mestrados profissionais, a exemplo do modelo proposto por Paixão *et al.* (2014), de avaliação com a utilização da técnica Delphi,⁹ com indicadores agregados em quatro dimensões: eficiência, eficácia, efetividade e relevância.

Avaliar significa aferir determinado fato, situação ou circunstância para, por meio do seu resultado, empreender determinadas ações propositivas no sentido de conhecer, alterar ou corrigir o que se avaliou. Assim, o diagnóstico engendra um prognóstico. Isso significa que, avaliar um curso, seu sistema de funcionamento, a capacidade do seu corpo docente e o desempenho dos seus discentes pressupõe, primeiramente, uma proposta de melhoria ou aperfeiçoamento desse curso. É nesse sentido que a avaliação deve ser considerada como um processo de gestão, e não apenas como um mero instrumento de medida.

Avaliar os mestrados profissionais, incluindo o número de publicações qualificadas, se faz necessário, haja vista que se trata de um curso de pós-graduação *stricto sensu* no qual a pesquisa é princípio fundamental. Porém, como afirmam Paixão *et al.* (2014), isso não é o suficiente, pois outros elementos indicadores precisam ser agregados à essa avaliação. Com esse mesmo entendimento, Fischer (2005) alerta que cabe à Capes aperfeiçoar o seu sistema de avaliação para esses cursos, reconhecendo suas especificidades.

Como exemplo do problema da avaliação, citamos o caso dos docentes externos à academia: desde a inscrição para a criação dos cursos, o Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN) da Capes, na plataforma Sucupira, faz distinção na exigência de titulação para os professores das pós-graduações acadêmicas e das pós-graduações profissionais. Enquanto o primeiro deve ser formado exclusivamente por docentes doutores, os cursos profissionais permitem a admissão, ao seu corpo docente, de profissionais com experiência, mesmo sem a titulação de doutor.

Esses profissionais contribuem sobremaneira com a oferta de práticas curriculares enriquecidas pela experiência. Entretanto, não há critérios de pontuação para o cumprimento desse item. Ao contrário, há uma punição aos cursos que admitem docentes de fora do meio acadêmico, pois esses profissionais, atuantes no mercado e externos à universidade, comumente apresentam uma reduzida produção intelectual, o que puxa para baixo a média do curso em publicações de livros e de artigos em revistas científicas de elevada pontuação no Qualis/Capes, bem como reduzem a pontuação por não poderem se dedicar ao curso tanto quanto os professores permanentes, tampouco podem assumir uma quantidade regular de orientações, o que sobrecarrega os demais professores e

⁹ A técnica Delphi envolve a aplicação de sucessivas rodadas com perguntas específicas a determinados grupos de especialistas. À cada rodada, são feitas análises estatísticas das respostas e os resultados são apresentados junto ao questionário da rodada seguinte. Dessa forma, é possível ao pesquisado alterar a sua opinião ou mudar suas concepções registradas nas rodadas anteriores, após a análise mais aprofundada do assunto pesquisado (Dalkey e Helmer, 1962).

também penaliza o curso na avaliação, pela distribuição assimétrica dos orientandos. Essa constatação indica a necessidade da Capes criar critérios que possam pontuar favoravelmente aos cursos que utilizam profissionais do mercado.

Além disso, os mestrados profissionais são avaliados por áreas específicas, quando sabemos que esses cursos, geralmente, têm uma vocação interdisciplinar. Seria apropriado se, na avaliação externa, a configuração dos indicadores de impacto levasse em conta diferentes áreas que possam ser consideradas na formação do perfil do curso, como mostra Ribeiro (2005), no exemplo de um curso de saúde, onde os trabalhos dos alunos podem ser dirigidos à solução de problemas reais nas redes municipais de saúde: as pesquisas podem envolver a economia (no estudo da origem e da utilização dos recursos), a sociologia (na observação das causas locais da pobreza), a ciência política (na análise das políticas públicas), a antropologia (na identificação das influências culturais), a administração (no conhecimento da gestão dos recursos humanos e materiais), além do próprio campo da saúde.

O que sugerem diferentes autores (Fischer, 2005; Agopyan e Lobo, 2007; Negret, 2008) é que o mestrado profissional possa ser avaliado com o mesmo rigor aplicado ao mestrado acadêmico, com os mesmos padrões de exigência, mas com critérios próprios de aferição, pois são cursos notadamente diferenciados. Para esses autores, a formulação das questões deve permitir a obtenção de dados pertinentes aos indicadores de resultados e também de impactos, inclusive com a valorização da produção tecnológica e de sua aplicabilidade. Para isso, as respostas poderiam ser obtidas com a participação dos coordenadores, dos professores, dos estudantes e dos egressos.

Como já informado anteriormente nesse trabalho, o crescimento dos programas profissionais de pós-graduação não foi apenas em quantidade, mas principalmente em qualidade. Os mestrados profissionais, por exemplo, apresentaram resultados favoráveis na última avaliação quadrienal. 36,4% dos cursos alcançaram notas 4 e 5 na avaliação da Capes. Essas notas seriam alcançadas pela imensa maioria dos cursos, caso os critérios avaliativos considerassem menos os efeitos acadêmicos e valorizassem mais a produção, o conhecimento e o envolvimento com o mercado, dentro da área formativa de cada curso.

Agora, o desafio que surge aos coordenadores é a criação dos cursos de doutorado profissional. O princípio desse desafio está na capacidade de criação de uma modalidade mais avançada de formação, quando ainda está em andamento a consolidação dos mestrados. A Portaria 389/2017, que revogou a Portaria 17/2009, não aprofunda as orientações aos gestores de pós-graduação, deixando abertas algumas lacunas sobre essa formação profissional de alta capacidade, isso porque uma das características marcantes dos cursos de doutorado é ampliação da pesquisa, o que fortalece a ideia de não separar a formação profissional do campo da pesquisa científica.

Considerações finais

Este trabalho foi desenvolvido no intuito de registrar o histórico inicial do MPPP-UFPE e contribuir com os estudos sobre a ascensão dos mestrados profissionais no Brasil, 20 anos após a sua regulamentação. Nesse sentido, percebemos, primeiramente, que a principal diferença entre o mestrado profissional e o mestrado acadêmico é o resultado esperado. Enquanto no mestrado acadêmico pretende-se formar o pesquisador, por meio de sua imersão na pesquisa, no mestrado profissional o objetivo é formar alguém que leve a pesquisa ao seu local de trabalho e que saiba identificar e solucionar questões práticas utilizando-a de forma apropriada. Seu formato de conclusão de curso, além da divulgação da pesquisa com a elaboração da dissertação, pode ocorrer com a apresentação de uma produção técnica ou de um projeto de intervenção.

Sobre os critérios avaliativos, no que diz respeito à avaliação externa e compreendendo as especificidades desse formato de curso, entendemos que torna-se essencialmente relevante que os comitês de área da Capes tenham membros de programas profissionais compondo a equipe de trabalho. Também registamos que, para que haja uma formação prática, que acolha as necessidades do meio profissional, é necessário que o mestrando esteja envolvido com a pesquisa e que a maior parte dos docentes do curso seja formada por doutores com uma produção científica constante. Entretanto, faz-se necessário que o curso insira no seu corpo docente profissionais experientes, ainda que sem a formação em doutorado, porém, capacitados para operar na área de formação do curso e habilitados para a formação de outros profissionais.

Aqui, externamos o nosso entendimento de que os mestrados profissionais, além de proporcionarem resultados a longo prazo, com a formação qualificada dos seus egressos para a solução de problemas que venham a surgir em seus campos de trabalho, já propicia, de imediato, efeitos positivos sobre a sua área de formação e sobre a sociedade de forma geral. Isso porque, quase sempre, os trabalhos de conclusão são direcionados para questões demandadas e produzem intervenções práticas que, sendo bem sucedidas, surtem efeitos contíguos. Assim, quando um curso consegue acrescer a capacidade do seu titulado de intervir positivamente no seu ambiente de trabalho, ele tem cumprido a sua função formativa e social.

No que diz respeito especificamente ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UFPE, este tem produzido, em articulação entre docentes e discentes, produtos técnicos baseados em pesquisas práticas aplicadas pelos mestrandos em seus locais de trabalho. Os produtos técnicos, em formato de projeto de intervenção ou de relatório, são entregues aos gestores institucionais com propostas de melhoria do serviço público desenvolvido no local.

Com a maturidade dos alunos do mestrado profissional e o conhecimento agregado pela troca de experiências e pelo contato direto com o mercado de trabalho, há no curso uma prática de transferência de conhecimento, através dos projetos em desenvolvimento em diferentes áreas, como: saúde da mulher, meio ambiente, gestão hospitalar, direitos humanos, educação, segurança, etc. Os projetos de pesquisa dos discentes são de ordem prática, executados em situações reais, gerando propostas de intervenção no local da pesquisa, o que se reverte em uma prática de intervenção social do programa.

No MPPP, a elevada qualidade das dissertações produzidas pelos discentes, resultado de suas pesquisas em seus ambientes de trabalho, tem feito com que este programa de mestrado tenha recebido constantes agradecimentos e elogios por parte das instituições parceiras. Isso tem ampliado a procura por novas parcerias, tendo o programa recebido sinalizações de convênios futuros com o Governo do Estado de Pernambuco (através da Secretaria de Planejamento), a Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PE), a Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) e o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), sempre com a finalidade de formação qualificada dos seus servidores.

Fora do Estado de Pernambuco, o MPPP tem mantido contatos com instituições federais de ensino (Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e Universidade Federal de Alagoas – UFAL), para possíveis turmas de mestrado profissional, a serem ofertadas na modalidade “fora da sede”.

Na última avaliação quadrienal da Capes (2013-2016), os avaliadores da área de Ciência Política e Relação Internacionais destacaram que a proposta do programa traz objetivos claros e um público-alvo bem direcionado, o que permite compreender com clareza a sua vocação para uma contribuição específica ao sistema nacional de pós-graduação. Outro destaque, apontado pelos avaliadores, é o corpo docente do programa. Mais de 80% dos docentes são permanentes, com dedicação exclusiva e no mínimo 10 horas semanais no programa. Também há uma diversidade na formação desses docentes, seja em termos de instituições, seja em áreas do conhecimento. A maioria do corpo docente tem perfil e produção em pesquisa aplicada na área de concentração do curso e atua na academia ou no mercado.

O MPPP tem recebido, nesse período de funcionamento, e desde a sua criação, o apoio institucional da UFPE, por meio da Reitoria e das pró-reitorias (Propesq, Progepe e Proplan), e da direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), onde o curso está instituído. E começam a ser esboçados, nesse momento, os encontros de planejamento para a futura solicitação à Capes do curso de doutorado profissional em políticas públicas.

Referências (com hiperlink)

[AGOPYAN, V.; LOBO, R. O futuro do mestrado profissional. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 4, n. 8, p. 293-302, dez. 2007.](#)

[COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria Nº 80, de 16 de dezembro de 1998.](#)

[DALKEY, N.; HELMER, O. An experimental application of the Delphi method to the use of experts. *Management Science*, v. 9, n. 3, p. 458-467, abr. 1962.](#)

[FERRAZ, R. *et al.* Planejamento anual e quadrienal de prestação de contas à Capes por meio da ferramenta computacional Scriptsucupira. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 14, n. 33, p. 24-29, jul. 2017.](#)

[FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 2, n. 4, p. 24-29, jul. 2005.](#)

[MOREIRA, M.; NARDI, R. O mestrado profissional na área de ensino de ciências matemáticas: alguns esclarecimentos. *Revista Brasileira Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 2, n. 3, p. 1-9, set./dez. 2009.](#)

[NEGRET, F. A identidade e a importância dos mestrados profissionais no Brasil e algumas considerações para a sua avaliação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 5, n. 10, p. 217-225, dez. 2008.](#)

[PAIXÃO, R. *et al.* Avaliação de mestrados profissionais: construção e análise de indicadores à luz da multidimensionalidade. *Revista Ensaio*, v. 22, n. 83, p. 505-532, abr./jun. 2014.](#)

[RIBEIRO, R. O mestrado profissional na política atual da Capes. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005.](#)

[VILELA, R.; BATISTA, N. Desafios e práticas para os mestrados profissionais em ensino na saúde. *Revista Fórum Identidades*, v. 22, n. 22, p. 159-172, set./dez. 2016.](#)